



CULTURA POLÍTICA E A ÊNFASE NA ESCOLHA: A TEORIA EVOLUTIVA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA

POLITICAL CULTURE AND THE EMPHASIS ON CHOICE: THE EVOLUTIVE THEORY OF HUMAN EMPOWERMENT

CULTURA POLÍTICA Y EI ÊNFASE EN LA ELECCIÓN: LA TEORÍA EVOLUTIVA DE LA EMANCIPACIÓN HUMANA

Lucas Toshiaki Archangelo Okado¹
Ednaldo Aparecido Ribeiro²

Resumo: O trabalho de Ronald Inglehart sobre a síndrome do pós-materialismo foi um dos responsáveis pela retomada da agenda culturalista no final dos anos setenta. Ele contestou o conceito normativo de cultura cívica, identificando o que, futuramente, se convencionou denominar de cidadania crítica. Recentemente alguns pontos de seu trabalho foram revisados, dando origem a novas proposições teóricas acerca da mudança cultural. O objetivo deste trabalho é apresentar alguns elementos recentes daquele debate propostos na teoria evolutiva da emancipação humana, com ênfase nas novas formulações das proposições teóricas da mudança valorativa, no tratamento empírico dado a este fenômeno e suas consequências para as democracias contemporâneas. Para este intento, são apresentadas evidências de como a mudança de valores tem afetado o conceito de cultura cívica, as transformações teóricas e empíricas desta agenda, bem como as críticas mais importantes direcionadas a estas novas formulações.

Palavra-chave: Mudança Cultural; Pós-Materialismo; Valores Emancipatórios.

Abstract: Ronald Inglehart's work about the post-materialism syndrome had been, along with the studies on social capital, responsible for the renaissance of the behaviorist agenda in the late 1970s. He argues against the normative concept of civic culture. Recently some points of his work had been under revision, giving arise to new theoretical propositions about the cultural change. This paper aims to present some recent elements of this debate proposed by the evolutionary theory of human emancipation. The emphasis relay on the new formulations of the theoretical propositions of value change, on the empirical treatment given to this phenomenon and its consequences for contemporary democracies. To complete these objectives we show evidences about how values change has affected the concept of civic culture, the theoretical and empirical transformations on the research agenda, and the most important critics directed to the new formulations of cultural change theory.

¹ Doutor em Ciência Política (UFPR), bolsista PNPd do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás. lucas.okado@gmail.com.

² Doutor em Sociologia (UFPR). Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. ednaldoribeiro@icloud.com.

Keywords: Value Change; Post Materialism; Emancipative Values.

Resumen: El trabajo de Ronald Inglehart sobre el síndrome del post-materialismo fue uno de los responsables de la reanudación de la agenda culturalista a finales de los años setenta. Él contestó el concepto normativo de cultura cívica, identificando lo que, en el futuro, se convenció de denominar de ciudadanía crítica. Recientemente algunos puntos de su trabajo fueron revisados, dando origen a nuevas proposiciones teóricas acerca del cambio cultural. El objetivo de este trabajo es presentar algunos elementos recientes de aquel debate propuesto en la teoría evolutiva de la emancipación humana, con énfasis en las nuevas formulaciones de las proposiciones teóricas del cambio valorativo, en el tratamiento empírico dado a este fenómeno y sus consecuencias para las democracias contemporáneas. Para este propósito, se presentan evidencias de cómo el cambio de valores ha afectado el concepto de cultura cívica, las transformaciones teóricas y empíricas de esta agenda, así como las críticas más importantes dirigidas a estas nuevas formulaciones.

Palabras-clave: Cambio Cultural; Posmaterialismo; Valores Emancipatorios.

1 Introdução

O culturalismo é, indiscutivelmente, um dos campos mais promissores da ciência política. O trabalho de Almond e Verba (1963) inaugurou uma agenda de pesquisa proeminente que continua se expandindo, sendo uma das primeiras tentativas bem-sucedidas de tratar empiricamente a variável cultura e seus impactos na política. Sua ideia central – de que a cultura possui um papel chave na explicação da estabilidade democrática – tem sido replicada com relativo sucesso e de forma mais ou menos parecida até os dias de hoje. De acordo com Rennó (1998), a partir dos anos oitenta do século passado houve o renascimento dos estudos culturalistas, uma vez que tanto as críticas de direita quanto de esquerda direcionadas aos trabalhos desta natureza perderam forças por mudanças no interior de suas próprias teorias. O marxismo e a escolha racional passaram a flexibilizar algumas de suas premissas, permitindo a inclusão de elementos culturais em suas análises.

Fuchs (2009) elenca três motivos principais para a retomada dos estudos neste campo da ciência política, a saber: 1) O fortalecimento do fundamentalismo islâmico ocorrido no oriente próximo e no leste asiático, a despeito da modernização ocorrida nestas regiões, só poderia ser explicado levando em conta os aspectos culturais; 2) o estudo de Putnam sobre o desempenho institucional no processo de descentralização italiano nos anos setenta; 3) O colapso da União Soviética e implementação de democracias no leste europeu tiveram a cultura como um elemento explanatório chave.

Especificamente para o contexto brasileiro, poderíamos ainda mencionar o processo de democratização e o fim do regime ditatorial, já que os trabalhos pioneiros de Moisés (1995) e

Baquero (2003) tinham como principal preocupação o desenvolvimento da cultura política brasileira após a democratização.

Para além desses, pensamos que seja necessário incluir como relevante a agenda de pesquisas inaugurada por Ronald Inglehart e seus colaboradores em torno da teoria da mudança valorativa, que abriu novas perspectivas para os estudos culturais.

Como foi documentado pela literatura especializada, uma das críticas mais contundentes ao trabalho seminal do culturalismo diz respeito à maneira como os autores definem o conceito de cultura cívica, entendido como a configuração de valores mais congruentes para a manutenção de um sistema democrático (PATEMAN, 1971, 1980). Na visão de Almond e Verba, estes valores mesclariam elementos de passividade, aceitação às normas e participação moderada.

Felizmente, a maior transformação que a agenda do culturalismo sofreu nos últimos anos ocorreu neste ponto. Os estudos de Ronald Inglehart (1977; 1990), Russel Dalton (2008a), Pippa Norris (2003a) e Cristian Welzel (2013) identificaram mudanças nos padrões de cultura política que colocam em xeque o modelo clássico de cultura cívica. As alterações nas prioridades valorativas e o aumento da mobilização cognitiva e dos recursos disponíveis têm levado ao crescimento de uma cidadania mais crítica. Este novo modelo de cultura política é mais assertivo e demanda reformas e transformações no interior do próprio sistema democrático no sentido de torná-lo mais transparente e responsivo às demandas dos cidadãos.

Ao mesmo tempo em que valoriza a democracia como forma de governo, esta cidadania avalia criticamente seu funcionamento. Com isso, as instituições tradicionais de representação política, como partidos, igrejas e sindicatos, não dão conta mais de representar suas demandas. Esta cidadania crítica enfatiza a participação autônoma e direta por meio de movimentos sociais e ações de protesto (DALTON, 2008b; INGLEHART, 1979b; NORRIS, 2003b). Como resultado desta pressão, existe uma tendência dos sistemas democráticos se aprimorarem e se tornarem mais responsivos aos seus cidadãos (INGLEHART; WELZEL, 2005; WELZEL, 2013; WELZEL; DALTON, 2013).

Se nos anos sessenta este modelo de cultura política assertiva representava uma ameaça para a democracia, as transformações no interior da teoria culturalista e seus achados empíricos demonstraram que, longe de ser um problema, tal postura tem levado ao seu aprimoramento. Parte desta mudança de perspectiva pode ser creditada às teses produzidas no interior dos estudos sobre a mudança valorativa. Mas em que medida as mudanças nesta agenda de pesquisa têm proporcionado esta mudança de paradigma?

A tese de Inglehart introduziu este tema nas ciências sociais no final dos anos setenta, mas, nestes quarenta anos de pesquisa, várias revisões foram realizadas desde então. O objetivo deste trabalho é justamente retomar esta trajetória e analisar como os estudos que abordam este tema têm realizado recentes revisões nas suas concepções teóricas e metodológicas, bem como no instrumental empírico utilizado para mensurar este fenômeno. A ênfase aqui recai sobre o

recente trabalho de Christian Welzel (2013) acerca dos valores emancipatórios, os ganhos teóricos e analíticos que ele traz, bem como as críticas direcionadas à teoria evolutiva do empoderamento humano.

As medidas de pós-materialismo têm sido recorrentes em diferentes trabalhos das ciências sociais: relações de gênero (VAIRO; PÉREZ, 2010; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2014), relações raciais (RIVERA, 2009), estudos sobre ação coletiva (ALEXANDER, 1998), psicologia social (BASTOS, 2005), economia e administração (PORTILHO, 2009), comportamento político (RIBEIRO; BORBA, 2010), entre tantos outros trabalhos que de alguma forma dialogam com a tese de Inglehart e a trazem para o contexto latino-americano. No entanto, como o próprio autor salienta, suas proposições foram formuladas para o contexto de sociedades industriais avançadas, nas quais o estágio de desenvolvimento econômico permite que haja maior segurança material e, como consequência, uma maior adesão a valores pós-materialistas (INGLEHART, 1990).

O índice proposto por Inglehart não tem demonstrado consistência, tanto interna quanto externa, para a sua aplicação em contextos de países da região. Okado e Ribeiro (2017) compararam os índices de pós-materialismo e valores emancipatórios nos países da América Latina presentes na sexta onda do *World Values Survey*. Os autores testaram ambas as medidas a partir de uma perspectiva reflexiva (consistência interna) e formativa (consistência externa), concluindo que o índice de pós-materialismo demonstra bastante fragilidade neste contexto específico. As discussões deste trabalho procuram contribuir com o debate sobre a mudança valorativa ao apresentar as recentes proposições deste campo de estudos, o que poderia trazer ganhos analíticos importantes para os trabalhos que se valem das teses da mudança de valores.

Para esta empreitada, procurou-se primeiro apresentar as mudanças na concepção da cultura cívica, tal como definida por Almond e Verba (1963). A primeira seção dedica-se a retomar a trajetória dos estudos sobre mudança valorativa, apresentando de forma breve a teoria desenvolvida por Inglehart e seus colaboradores. Na segunda seção, é apresentada a teoria evolutiva da emancipação humana com o intuito de descrever as inovações teóricas e metodológicas em relação aos trabalhos de Inglehart sobre o pós-materialismo. Sendo o estado da arte nesta agenda de pesquisa, foram levantadas as críticas até então endereçadas a ela, bem como descritas algumas controvérsias acerca de suas proposições, o que é feito na seção seguinte. O trabalho então é finalizado com uma conclusão, na qual são apontados os limites e as possibilidades da teoria evolutiva da emancipação humana.

A Cultura Cívica Hoje e a Mudança de Valores: a Ênfase na Escolha

A concepção de cultura cívica proposta por Almond e Verba começou a ser questionada já no final dos anos setenta. A coletânea editada por Barnes e Kaase (1979) analisou as consequências dos protestos políticos ocorridos nos anos sessenta e concluiu que o aumento da competência política entre os mais jovens e a difusão de valores pós-materialistas seriam os

principais responsáveis por normalizar ações que, na época, eram definidas como participação não-convencional (Idem, 1979). Estudos posteriores corroboram estas premissas. Norris (NORRIS, 2003a), por exemplo, descreveu o surgimento, na Europa, de um tipo de cidadania orientada por causas, ao invés dos antigos padrões de lealdade política. Nos Estados Unidos, Dalton (DALTON, 2008a) observou fenômeno parecido, ao perceber que a noção de cidadania dos jovens deste país não estava se constituindo ao redor de um sentimento de obrigação e sim por meio do engajamento orientado em torno de valores.

Nesta mesma seara, encontra-se o conceito de desenvolvimento humano de Inglehart e Welzel (2005). Segundo estes dois autores, a modernização proporcionou, entre outras coisas, a secularização e a autonomia. No processo de pós-modernização, existe a procura pela emancipação frente à autoridade e a autonomia de escolhas. O envolvimento político deixaria, cada vez mais, de ser guiado por elites políticas, passando a desafiá-las.

Recentemente Welzel (2013) reviu alguns pontos da teoria do desenvolvimento humano, atualizando alguns de seus pressupostos, mas corroborando seus fundamentos, ainda que utilizando medidas distintas para mensurar os valores de autoexpressão. Em sociedades com maiores estoques de valores emancipatórios, existe uma demanda maior por responsividade do sistema político. O resultado são governos mais íntegros e menos propensos à corrupção. Dotados de maior mobilização cognitiva, os cidadãos pressionariam mais os seus líderes por transparência, mecanismos de controle e *accountability*. Desta forma a mudança de valores afeta positivamente o desempenho institucional das democracias contemporâneas (WELZEL, 2013). Posteriormente, Welzel e Dalton confirmaram tais resultados, comparando o que eles definiram como cultura assertiva com o modelo de cultura cívica obediente, inspirado em Almond e Verba. O primeiro tipo de cultura política está correlacionado com diversas dimensões de desempenho institucional, produzindo governos mais íntegros e responsivos aos seus cidadãos (WELZEL; DALTON, 2013).

Todos estes estudos, mesmo trabalhando com conceitos distintos, tratam de explicar as causas e as consequências de um mesmo fenômeno: a transformação nos padrões de cidadania. Se o conceito de cultura cívica de Almond e Verba enfatizava a obediência e a aceitação das normas, este novo padrão de cultura política opta pela escolha e autonomia. Como característica, a cultura política assertiva enfatiza a democracia, mas ao mesmo tempo se mostra insatisfeita com o seu funcionamento. Ela se distancia de organizações tradicionais que baseiam a sua ação coletiva na lealdade para procurar repertórios mais autônomos, e que permitam a adesão espontânea, sem uma estrutura burocratizada e hierárquica. Ao mesmo tempo, esta cultura política assertiva tem pressionado os governos por maior transparência e por melhor desempenho institucional. No interior de toda esta transformação, encontram-se a mudança valorativa e a busca por mais autonomia.

Apesar de não ser o pioneiro nos estudos sobre mudança valorativa, os trabalhos de Inglehart e seus colaboradores ajudaram a definir a sua agenda de pesquisa no âmbito da ciência política. Sua principal tese é a de que as sociedades, principalmente em países industriais avançados, estariam vivenciando uma mudança nas suas prioridades valorativas, abandonando uma postura materialista, focada na sobrevivência imediata, em direção a valores pós-materialistas, que dão mais ênfase à escolha, à liberdade e às metas de longo prazo (INGLEHART, 1977, 1979a). As consequências deste fenômeno, que mais tarde ficou conhecido como síndrome do pós-materialismo, tiveram impactos em diversas esferas da política: mudança nas lealdades partidárias (INGLEHART, 1979b), nas relações de gênero (INGLEHART; NORRIS, 2003), na religião (NORRIS; INGLEHART, 2011) e na participação política (INGLEHART, 1990), entre outros.

Sua tese se assenta em duas hipóteses que explicam como os valores mudam ao longo do tempo. A primeira delas é a hipótese da escassez que postula que os valores subjetivos são depositados naquilo que tem o seu fornecimento baixo, ou seja, as prioridades individuais refletem o meio ambiente. Já a segunda, a hipótese da socialização, afirma que os valores incorporados durante a socialização primária se mantêm residuais por toda a vida. Desta forma, mudanças bruscas no ambiente não impactam de imediato os valores individuais, salvo em eventos especialmente traumáticos, como uma guerra (Idem, 1990).

A hipótese da escassez se assemelha ao princípio da utilidade marginal decrescente. Em um ambiente de segurança física incerta, assegurar as condições de sobrevivência é prioritário e se sobrepõe a todas as outras preocupações. Por exemplo, os indivíduos socializados em um período com alto índice de desemprego ou com uma taxa elevada de inflação priorizariam uma carreira estável ou apoiariam ações que combatam a inflação em detrimento de preocupações estéticas ou relacionadas a autoexpressão. Isto é a hierarquia de prioridades³ de Maslow (1954), na qual a preocupação com as necessidades fisiológicas e de segurança se sobrepõem a necessidades de vínculos sociais ou autorrealização.

Já a hipótese da socialização afirma que os valores adquiridos durante as primeiras décadas de vida se consolidam até a entrada no mundo adulto. Nos estudos sobre socialização política, esta tese é denominada de *impressionable years*⁴ (ALWIN; KROSNICK, 1991; DINAS, 2013; SEARS, 1975; VISSER; KROSNICK, 1998). Por ainda não possuir um *framework* de crenças e atitudes formado, os eventos vivenciados até a juventude são mais salientes e significantes. Após a idade adulta, estes eventos tendem a ser menos importantes, uma vez que as

³ Para Maslow (1954) as prioridades humanas podem ser divididas em cinco categorias: 1) Necessidades fisiológicas, como água, comida e abrigo; 2) Segurança e proteção; 3) Necessidades de pertencimento ou sociais; 4) Estima; e 5) Autorrealização.

⁴ Anos Impressionáveis, em tradução livre.

experiências são vivenciadas em um *framework* atitudinal plenamente formado (TESSLER; KONOLD; REIF, 2004).

A hipótese da socialização complementa a hipótese da escassez para explicar as mudanças valorativas. Indivíduos que tiveram experiências de insegurança material em seu processo de socialização primário levam estes valores durante toda a vida, dado que, uma vez findado este período, tais valores são consolidados. Por isso o processo de mudança valorativa acontece de forma gradual por meio de sobreposições geracionais. O crescimento econômico aumenta o sentimento de segurança material e, a cada nova geração, os valores se modificam pouco a pouco, em um sentido mais ou menos previsível.

A causa da mudança de valores pode ser atribuída à diminuição do retorno marginal decrescente proveniente do desenvolvimento econômico (INGLEHART, 1997). A modernidade e o crescimento econômico puderam eliminar, em grande medida, a escassez, provendo um ambiente onde a segurança material tem prevalecido. Mas existe um limiar onde o impacto do crescimento econômico na qualidade de vida deixa de ser linear. A partir deste ponto, o aumento na renda média da população não impacta diretamente as medidas de bem-estar. Isto acontece porque tais medidas deixam de ser uma questão relacionada apenas à manutenção de necessidades básicas, como alimentação ou saneamento básico, tornando-se cada vez mais ligadas a valores e comportamentos. A longevidade, por exemplo, é mais pautada, hoje, por um estilo de vida saudável do que em questões econômicas.

Como dito anteriormente, estas questões só passam a figurar como prioridade a partir do momento em que um mínimo de bem-estar tenha sido alcançado. Não representam, portanto, a negação de uma estratégia acumulativa, sendo possíveis apenas devido ao seu sucesso. Mas tal estratégia proporciona retornos pouco significativos, em termos de qualidade de vida, a partir do momento que ela se mostra bem-sucedida. Os retornos proporcionados pelo crescimento econômico diminuem, exigindo novas estratégias para ampliar o bem-estar. Desta forma:

Pós-modernização é uma mudança nas estratégias de sobrevivência. Ela move da maximização do crescimento econômico para a maximização da sobrevivência e bem-estar através de mudanças no estilo de vida. Uma vez que a industrialização foi possível, a modernização focou no rápido crescimento econômico como melhor meio de maximizar a sobrevivência e o bem-estar. Mas nenhuma estratégia é eficiente para sempre. [...] Com a transição da modernidade para a pós-modernidade, a trajetória de mudança foi alterada da maximização do crescimento econômico para a maximização da qualidade de vida⁵. (INGLEHART, 1997, p. 66)

⁵ “Postmodernization is a shift in survival strategies. It moves from maximizing economic growth to maximizing survival and well-being through lifestyle changes. Once industrialization had become possible, Modernization focused on rapid economic growth as the best way of maximizing survival and wellbeing. But no strategy is optimal for all times. [...] With the transition from Modernization to Postmodernization, the trajectory of change has shifted from maximizing economic growth to maximizing the quality of life.”, no original.

De forma resumida, a mudança cultural tem operado da seguinte forma: o desenvolvimento econômico elimina os constrangimentos inerentes à sobrevivência física e, como consequência, diminui as restrições das escolhas pessoais. Sem a preocupação com a sobrevivência imediata, pode-se redirecionar as prioridades individuais para metas relacionadas à autoexpressão, à qualidade de vida e à liberdade. Isso porque o crescimento econômico, como estratégia de maximização de bem-estar, é eficiente até um certo limiar. Após este limite, o aumento dos níveis desta variável não é impactado pelo crescimento econômico. Como forma de aumentar a qualidade de vida, os indivíduos redirecionam suas prioridades valorativas para outras questões, alterando não só o seu estilo de vida como também a agenda pública. Mesmo estando relacionada com o desenvolvimento econômico, a mudança cultural não é responsiva a altas taxas de crescimento súbitas, já que opera por meio dos câmbios geracionais devido à permanência residual dos valores incorporados durante a socialização primária. As novas gerações socializadas em um ambiente de abundância material apresentarão valores cada vez mais relacionados à autoexpressão e à autonomia individual.

Uma série de outras pesquisas sobre mudança de valores foram conduzidas neste período. Milton Rokeach conduziu um estudo sobre valores no campo da psicologia social. Trabalhando com duas dimensões, “liberdade” e “igualdade”, ele encontrou resultados muitos parecidos com os apresentados por Inglehart no que diz respeito ao comportamento político (ROKEACH, 1973). Scott Flanagan conduziu diversos estudos sobre a mudança de valores no Japão. Discordando das proposições de Inglehart, ele afirmou que a mudança de valores nos casos por ele estudados não estaria relacionada com as dimensões materialistas e pós-materialistas e sim com a oposição entre valores tradicionais e libertários (FLANAGAN, 1979, 1980, 1982; FLANAGAN; LEE, 2003). Apesar de procurar acentuar as diferenças entre as suas medidas, Flanagan encontrou resultados muito próximos aos de Inglehart, com poucas diferenças significativas. A grosso modo, Rokeach (1973), Flanagan (1979, 1980, 1982) e Inglehart (1977) tratam praticamente do mesmo fenômeno, apenas utilizando medidas e conceitos diferentes.

A modernização proporcionou alterações severas no cotidiano, merecendo destaque a racionalização e a secularização da vida. A racionalização da maneira como os homens produzem e também dos padrões de autoridade permitiram crescimento na produção e a formação de um governo burocrático capaz de regular o convívio e legitimar a sua autoridade com base nas leis. A maximização do desenvolvimento econômico se tornou a principal meta, pois a melhoria das condições de vida está condicionada ao aumento da riqueza. Mas, como discutido acima, esta relação tem seus limites. Discordando da visão marxista do processo de modernização, o desenvolvimento econômico não vai levar ao fim da história, mas a uma nova fase da pós-modernidade (INGLEHART, 1997). De forma bastante otimista, o autor afirma que

A modernização está evoluindo para um processo de desenvolvimento humano, no qual o desenvolvimento socioeconômico promove mudanças

culturais que faz a autonomia individual, a igualdade de gênero e a democracia cada vez mais provável, fazendo emergir um novo tipo de sociedade que promove a emancipação humana em diferentes frentes⁶. (INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 2).

Esta nova modernização está promovendo mudanças significativas na cultura devido ao desenvolvimento econômico e ao fim das restrições materiais. Com menos restrições à ação individual, há uma ênfase maior na autonomia, na tolerância, e uma demanda maior por participação e democracia, além de minar as bases tradicionais da autoridade política, movendo-as da lealdade em direção à escolha. Como produto desta mudança cultural, há uma maior demanda por democracia, por liberdade e por maior responsividade por parte das elites políticas. A modernização criou condições para as pessoas agirem de acordo com as suas escolhas, em um processo de desenvolvimento humano que pode ser sintetizado no quadro abaixo:

Quadro 1 - O Processo de Desenvolvimento Humano

	Desenvolvimento Humano		
	Dimensão Socioeconômica	Dimensão Cultural	Dimensão Institucional
Processos que promovem o Desenvolvimento humano	Modernização	Mudança de Valores	Democratização
Componentes do Desenvolvimento Humano	Recursos Socioeconômicos	Valores de Autoexpressão	Liberdades Cívicas e Políticas
Contribuição para o Desenvolvimento Humano	Aumentar a capacidade das pessoas de agirem conforme suas escolhas	Aumentar a prioridade das pessoas de agirem conforme as suas escolhas	Aumentar o direito das pessoas de agirem conforme as suas escolhas

Fonte: Adaptado de INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 3.

Em síntese, existe uma relação entre desenvolvimento econômico, mudança cultural e desenvolvimento institucional. Ao proporcionar condições para as pessoas agirem de acordo com suas escolhas, elas passam a valorizar a autonomia e a liberdade e passam a agir objetivando o aprofundamento dessas. Essas ações demandam mais responsividade e abertura institucional, aprofundando a democracia. Assim,

[...] desenvolvimento socioeconômico promove capacidades objetivas para as pessoas viverem as suas vidas baseadas na autonomia de escolhas. O aumento da ênfase nos valores de autoexpressão leva as pessoas a demandar e defender a liberdade de escolha. E instituições democráticas asseguram direitos que autorizam as pessoas a exercerem a liberdade de escolha nas suas ações. Estes três processos focam no aumento da autonomia de escolha humana. Como a autonomia de escolha é uma habilidade humana exclusiva, nós caracterizamos

⁶ “Modernization is evolving into a process of human development, in which socioeconomic development brings cultural changes that make individual autonomy, gender equality, and democracy increasingly likely, giving rise to a new type of society that promotes human emancipation on many fronts.”, no original.

este processo que desenvolve este potencial como “desenvolvimento humano”⁷. (Idem, 2005, p. 3).

Este conceito de desenvolvimento humano e mudança valorativa foi retomado por Welzel (2013) posteriormente. Apesar de tentar construir uma abordagem evolutiva da emancipação, suas bases ainda são muito próximas da teoria do desenvolvimento humano. Segundo este autor, seria da natureza humana buscar viver livre da opressão, ou seja, a liberdade seria um desejo universal. Contudo, a busca pela liberdade obedece a uma escala utilitária, aumentando e diminuindo conforme os constrangimentos existenciais. O desejo de emancipação evoluiria em um ambiente em que tais constrangimentos não existam, mas poderia regredir caso as capacidades de agir de acordo com a sua escolha fossem reduzidas. Tais capacidades são as condições existenciais – recursos intelectuais, materiais e sociais – que são as causas do empoderamento humano, que iremos discutir de forma mais aprofundada a seguir.

O Ciclo do Empoderamento Humano

O empoderamento humano é o processo pelo qual as pessoas adquirem a liberdade de perseguir os valores próprios e os compartilhados socialmente a partir da diminuição dos constrangimentos externos (SEN, 1999). Esses últimos, por sua vez, são as condições objetivas de vida, como segurança física e alimentar, moradia, educação ou, ainda, o acesso a uma vida comunitária. A garantia destas condições permite eliminar as pressões existenciais externas e a consequência deste processo é o aumento da capacidade das pessoas de agirem conforme as suas próprias escolhas. Um ambiente de escassez material força os indivíduos a perseguirem a diminuição das pressões existenciais, ou seja, o foco principal recai sobre a garantia da sobrevivência imediata. Este conceito não é novo e já estava presente nos trabalhos iniciais de Inglehart (1977; 1997), inserido no interior da “hipótese da escassez”.

Apesar de não abandonar por completo essa hipótese para explicar a mudança de valores nas sociedades contemporâneas, a teoria evolutiva da emancipação (WELZEL, 2013) se vale do conceito de escala utilitária da liberdade, que se fundamenta na premissa de que todos os seres humanos possuem a capacidade de agir de forma consciente, o que significa agir de acordo com um propósito (Idem, 2013). A consciência permite que os indivíduos desejem liberar todo o seu potencial por meio de suas ações, fazendo-os buscar uma existência livre de constrangimentos. Mas tal capacidade de agir livremente está intimamente relacionada às condições de vida de cada um: ela aumenta ou diminui em resposta às pressões existenciais. Em um ambiente de escassez

⁷ “In short, socioeconomic modernization brings the objective capabilities that enable people to base their lives on autonomous choices. Rising emphasis on self-expression values leads people to demand and defend freedom of choice. And democratic institutions establish the rights that entitle people to exert free choice in their activities. These three processes all focus on the growth of autonomous human choice. Because autonomous choice is a specifically human ability, we characterize the processes that develop this potential as ‘human’ development”, no original.

material, a capacidade da consciência é contida e, como consequência, a escolha é limitada, porque as prioridades vão recair justamente em garantir a sobrevivência. Neste contexto de pressão existencial, a liberdade possui baixa utilidade, pois as escolhas são restritas pela necessidade de satisfação das necessidades básicas.

Na medida em que a existência passa de uma situação de pressão para uma condição mais permissiva, a capacidade de escolha se torna uma realidade e ganha cada vez mais preferência ao determinar o curso da ação individual. Com a redução das pressões existenciais, a liberdade ganha mais utilidade na vida dos cidadãos, que passam a valorizar a capacidade de escolha e, de certo modo, a buscá-la no seu dia a dia. Este processo ocorre principalmente quando há um aumento nos recursos de ação. Estes recursos determinam o poder das pessoas em exercer a liberdade (Idem, 2013) e são a base do processo de empoderamento humano. Diferente das garantias de liberdade – liberdade de expressão, sufrágio, espaços participativos – que podem ser asseguradas por meio de leis e normas, os recursos de ação são mais difíceis de serem estabelecidos, uma vez que refletem o ambiente e a condição objetiva de vida das pessoas. O aumento dos recursos participativos incide diretamente sobre a escala utilitária da liberdade.

A escala utilitária de liberdade, portanto, reformula a hipótese da escassez de Inglehart (1990). Quando os recursos de ação aumentam, eles produzem o incremento das oportunidades de escolha. A consciência humana, como um presente evolutivo que faz a humanidade se adaptar ao meio ambiente, se orienta a partir da busca de liberar o potencial pleno da ação, ou seja, a capacidade de agir de acordo com as escolhas. Logo, o aumento dos recursos de ação também produz o incremento da escala utilitária da liberdade (Idem, 2013).

Tal conceito opera de forma bastante similar às noções de capacidades e funcionamentos desenvolvidos por Amartya Sen (1999). Para esse economista, os funcionamentos são estados ou ações, o “ser” e o “agir”, valorizados ou desejados pelos indivíduos. A escolha aqui é uma característica determinante deste conceito já que diferentes estados ou ações são vivenciados cotidianamente independentes da vontade individual. Assim, um funcionamento é sempre produto de uma escolha. A privação alimentar pode ser produto de um ambiente de pressão existencial. O estado de fome resultante dela não se configura como um funcionamento, porque não houve uma escolha aqui: ela se impôs ao indivíduo devido às suas condições. A restrição alimentar ou jejum realizado por motivações estéticas ou religiosas são um funcionamento porque houve uma escolha consciente de realizá-la.

As capacidades são justamente as condições objetivas de se realizar um determinado funcionamento, possibilitando a escolha de executá-lo. Ao vivenciar um funcionamento escolhido e estimado pelo indivíduo, dentre infinitas combinações de funcionamento possíveis, gera-se bem-estar subjetivo. O exemplo da dieta ilustra este fato: se o fiel de um credo que valoriza a privação como forma de aproximação com o divino realizar o jejum, ele se sentirá, ao final desse período, mais próximo de sua divindade e, conseqüentemente, realizado. O mesmo ocorre em

outras situações como a aquisição de um bem de consumo ou a vivência de uma experiência estimada. A possibilidade de escolha derivada deste sentimento de bem-estar atribui sentido à liberdade.

Os recursos de ação descritos por Welzel são as capacidades de se realizar funcionamentos. Descrevem as variáveis clássicas presentes nos estudos de comportamento político e figuram entre as características que possibilitam as pessoas se engajarem em ações políticas e se dividem em materiais, cognitivos e conectivos.

Os primeiros representam disponibilidade e acesso a bens materiais e refletem, em termos gerais, as condições objetivas de vida de cada um. Individualmente, podem ser mensurados por meio da classe social (objetiva e subjetiva) ou da renda. Já em nível agregado, são mensurados pelo valor do PIB *per capita* de cada país ou região. A importância dos recursos materiais é largamente documentada nos estudos sobre participação política. Almond e Verba (1963) já apontavam a relevância desta variável como um componente da cultura cívica. McCarthy e Zald (1977), representantes da perspectiva sociológica dos estudos de movimentos sociais, também atribuem aos recursos um papel central para explicar as ações de protesto. Verba et al. (1995) também salientam a importância dos recursos materiais para explicar o engajamento político no seu modelo do voluntarismo cívico. Por sua vez, Dalton; Van Sickle e Weldon (2010) afirmam que as pessoas participam – protestam, neste caso – não porque possuem um sentimento de agravo que as motiva e sim porque têm a posse dos recursos necessários para efetivar a sua participação. Apesar de adotarem perspectivas distintas, todos os exemplos citados aqui concordam que os recursos materiais são importantes recursos de ação.

Os recursos cognitivos estão relacionados com a capacidade de processar as informações políticas e, a partir daí, posicionar-se em relação a elas. Tais recursos são mensurados, no nível individual, pelos anos de estudo de educação formal. Quanto mais escolarizados, mais desenvolvida é a cognição dos indivíduos e, conseqüentemente, mais aptos a buscarem e processarem informações políticas. No nível agregado, os recursos cognitivos são medidos pelo nível de escolaridade médio de uma população ou grupo. Boa parte dos estudos anteriores também corrobora a importância da escolaridade como um recurso participativo. Ela está presente no conceito de cultura política de Almond e Verba (1963) e no interior do modelo do voluntarismo cívico de Verba et al. (1995), e é definido por esses autores como sendo um recurso participativo. Barnes, Kaase (1979) levantaram a hipótese de que o aumento da mobilização cognitiva leva também ao incremento de ações de participação não convencionais. Dalton demonstrou a relação entre a mobilização cognitiva, o desalinhamento partidário (DALTON, 1984, 2013) e as mudanças no perfil de cidadania da juventude norte-americana (Idem, 2008b).

Por último, os recursos conectivos são as redes de troca e interfaces de contato. Aqui Welzel (2013) se distanciou um pouco dos modelos clássicos dos estudos de cultura e comportamento político que tendiam a enfatizar o papel do capital social. Este distanciamento

reflete um ponto de discordância no conjunto de pesquisadores que tem enfatizado a cidadania crítica. As obras de Inglehart (1990, 1997), Dalton (2008a), Norris (2003a) e Welzel (2013) questionam o modelo de cultura cívica proposto por Almond e Verba (1963). Tal modelo, como já discutido anteriormente, enfatizava a obediência às normas, a confiança nas instituições e a participação modesta nos canais institucionais de participação política. O que este conjunto de pesquisadores afirma é que tal modelo é insuficiente para explicar os padrões de cidadania em sociedades que sofreram transformações em seus valores, seja pela dispersão de valores pós-materialistas ou emancipatórios, ou ainda pelo aumento da mobilização cognitiva.

Como uma consequência desta cidadania crítica, há o esvaziamento dos canais institucionais de participação política e o incremento de repertórios de ação direta, como protesto político e ativismo em movimentos sociais (NORRIS, 2003b). Ou seja, as pessoas deixam de se envolver em ações que são estruturadas por elites políticas para acionar repertórios que vão na contramão deste movimento e passam a agir desafiando estas elites (INGLEHART, 1990; INGLEHART; CATTERBERG, 2002). O modelo de cultura cívica proposto por Almond e Verba (1963) pode ser definido como obediente: cidadãos bem informados que aceitam as normas e participam racionalmente de forma moderada, dentro dos canais formais do sistema democrático. As ações contenciosas e o alto envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos são vistos com desconfiança, justamente por promover a instabilidade do sistema democrático (LIJPHART, 1980). O que os estudos dos pesquisadores anteriormente citados apontam é justamente o contrário. As demandas por abertura política, responsividade e transparência governamental têm contribuído para o aperfeiçoamento da democracia (WELZEL, 2013; WELZEL; DALTON, 2013). Longe de ser um problema para os regimes democráticos, este novo conceito de cidadania contribui para a melhoria dos mesmos (INGLEHART; WELZEL, 2005; WELZEL, 2013).

O conceito de capital social de Putnam (1993) traz, implicitamente, o ideário de cultura cívica obediente (WELZEL; DALTON, 2013). Como uma medida bidimensional, o conceito de capital social implica não apenas a confiança interpessoal, mas também a confiança nas instituições democráticas. É justamente o funcionamento dessas últimas que é questionado pelos cidadãos mais críticos, ou pelos possuidores de uma cultura política assertiva, e que os fazem, por exemplo, acionarem repertórios de protesto, uma vez que as instituições democráticas não dão conta de suas demandas. A relação entre o conceito de capital social e o modelo de cultura cívica obediente pode ser confirmado nos trabalhos posteriores de Putnam. Novamente, mesmo sem fazer uma menção direta, este autor enfatiza a obediência ao apontar as consequências do declínio do capital social nos Estados Unidos. Segundo ele, as gerações mais novas estão se envolvendo menos em ações comunitárias, como associações, clube de livros ou atividades de lazer coletivas. A consequência disto seria a diminuição do estoque de capital social, o que produziria uma geração cínica, apática e alheia aos assuntos públicos. Putnam aponta a queda nas taxas de votação como um dos efeitos deste fenômeno (PUTNAM, 2001). Com a redução deste recurso

participativo, as pessoas se envolveriam menos nos assuntos públicos porque não buscariam soluções coletivas para os problemas comuns. Os teóricos da mudança de valores e mobilização cognitiva interpretam este fenômeno de maneira distinta.

Apesar de não enfatizar estas diferenças explicitamente, Welzel (2013) não define o capital social como recurso conectivo. Tais recursos são definidos como “redes de troca e interfaces de contato” (Idem, 2013, p. 46). Não há, no decorrer de sua obra, uma definição precisa do que poderia ser classificado como rede ou interface. Diferentemente dos recursos materiais e cognitivos, que podem ser mensurados facilmente por meio da renda e da escolaridade, a falta de um conceito mais preciso para definir o que são recursos conectivos atrapalha a definição de uma variável para mensurá-lo. Há apenas a menção da importância do avanço tecnológico em larga escala como elemento responsável por aumentar os três tipos de recursos mencionados acima. No caso dos recursos conectivos, o “avanço tecnológico interliga as pessoas em uma vasta rede de trocas” (Idem, 2013, p. 46). Ou seja, aqui há a ênfase na capacidade de intercâmbios proporcionada principalmente pelas tecnologias de informação e comunicação.

Estes três tipos de recursos são a base do empoderamento humano. De acordo com Welzel:

Recursos de ação neste sentido empoderam as pessoas no nível das capacidades, providenciando o elemento existencial do empoderamento humano. Recursos de ação aumentam nas pessoas a utilidade da liberdade. Quanto mais dispersos são os recursos de ação, maior é a utilidade conjunta da liberdade das pessoas – as bases da solidariedade.⁸ (WELZEL, 2013, p. 46).

Em linhas gerais, o aumento dos recursos de ação proporciona o incremento na escala de utilidade da liberdade. Com maior capacidade de agir de acordo com as suas escolhas, as pessoas passam a valorizar esta liberdade. Essa valorização é denominada de empoderamento psicológico e corresponde ao componente motivacional deste processo. Se as condições existenciais – recursos de ação – dizem respeito às possibilidades de as pessoas agirem livremente, as orientações psicológicas são o componente valorativo da liberdade, ou seja, relacionam aspectos subjetivos às condições objetivas da utilidade de escolha (WELZEL, 2013). O empoderamento psicológico também possui um segundo componente: a valorização da igualdade de condições. Quando os recursos de ação aumentam em uma dada sociedade, também há o incremento da solidariedade. Este é um ponto polêmico na teoria, já que uma das características do processo de modernização é o aumento da individualidade e a diminuição de laços sociais.

Ainda que a maioria dos autores concorde com esta afirmação, a discussão sobre as consequências da individualização gera forte divergência. Para Flanagan e Lee (2003), o aumento de valores libertários, ou emancipatórios, representa também a diminuição de orientações de

⁸ “Action resources in this sense empower people on the level of capabilities, providing the existential element to human empowerment. Action resources increase people’s utilities from freedoms. The more widespread action resources are, the larger are people’s joint utilities from freedoms – the basis of solidarity.”, no original.

caráter comunitário e o aumento de uma postura política egoísta e limitada ao interesse próprio. Putnam (2001) tem uma interpretação parecida ao afirmar que o declínio do capital social nos Estados Unidos tem produzido uma geração apática, cínica e alheia aos problemas políticos. Baquero (2003) afirma que sem confiança no sistema democrático não há democracia e que é imperativo para a consolidação deste sistema político no Brasil o resgate do cidadão na esfera pública, principalmente por meio do aumento dos estoques de capital social. A individualização, para estes autores, produz uma política egoísta, centrada no interesse próprio e que não busca interesses coletivos, além de perpetuar práticas como o clientelismo e o patrimonialismo.

Uma interpretação alternativa é apresentada por Inglehart e Welzel (2005). Eles também afirmam que este processo de mudança de valores é caracterizado pela individualização, mas entendem que ele proporciona o reconhecimento de uma existência autônoma. Ao reconhecer a autonomia individual, enxerga-se todos como seres humanos, sujeitos de direito no pleno exercício de suas existências. Este individualismo é uma forma de humanismo, pois reconhece os direitos individuais para além do grupo e permite que as pessoas sejam mais abertas e tolerantes para com as diferenças. Rompe, portanto, as barreiras da comunidade, permitindo que a solidariedade se estenda para além dos laços próximos, aproximando pessoas distantes em torno de uma causa comum. Welzel (2013) define isto como individualismo benigno, pois encontra uma relação positiva entre os valores emancipatórios e uma postura de menor egoísmo, maior confiança e valores humanitários⁹.

Desta forma, o empoderamento psicológico ocorre a partir da valorização da escolha independente e da igualdade de oportunidades. Nesta fase da emancipação humana, as pessoas buscam liberar o pleno potencial de suas ações por meio da escolha e reconhecem o outro como sujeito de direitos, o que gera uma solidariedade que transcende a esfera comunitária. Em termos empíricos, o componente psicológico deste fenômeno corresponde à dispersão de valores emancipatórios em uma dada sociedade, que são mensurados a partir de uma bateria de questões que indagam sobre a valorização da escolha, da igualdade, da vocalização das demandas e da autonomia¹⁰.

Com a capacidade de agir de acordo com as escolhas individuais e valorizando a liberdade, o próximo componente do empoderamento humano são as garantias legais para preservar essa liberdade. Isto é o que Welzel (2013) denomina como regulamentação institucional e corresponde ao último componente do processo. Aqui é retomada a polêmica relação entre cultura e instituição discutida por Inglehart (INGLEHART, 1990, 1997; INGLEHART; WELZEL, 2005). A ideia central é que o desenvolvimento econômico, ou o aumento dos recursos

⁹ Por valores humanitários entende-se a aceitação da diversidade. Empiricamente, este conceito foi mensurado levando em consideração o afastamento de ideias de cidadania baseados na similaridade, apreciação da diversidade étnica, identidade universal, solidariedade com as pessoas pobres do mundo e falta de disposição para a guerra.

¹⁰ A construção e a confiabilidade deste índice são discutidas por Okado e Ribeiro (2017).

de ação, não leva automaticamente ao aperfeiçoamento da democracia. A dispersão de valores condizentes com instituições democráticas é fundamental para que ocorram melhorias nas mesmas, mas isso não conduz necessariamente à afirmação de que o sentido causal da relação entre cultura e instituição é unilateral, da primeira para a segunda. Apenas reconhece que a manutenção e o aperfeiçoamento do sistema democrático ocorrem a partir de uma relação de múltipla causalidade, ideia que já era defendida pelos primeiros teóricos culturalistas (ALMOND; VERBA, 1963; LIJPHART, 1980).

Esta etapa do empoderamento humano acontece em dois momentos. Primeiro há o reconhecimento dos direitos individuais: igualdade de gênero, diversidade étnica e livre profissão da fé são exemplos de garantias dos direitos de autonomia individual. Em segundo lugar, há a garantia de direitos participativos, ou seja, a garantia de liberdade para participar e influenciar as decisões políticas. Desta forma:

Para institucionalizar o poder do povo de forma plena, ambos os conjuntos de direitos devem ser assegurados e precisam ser garantidos em proporções iguais de modo que nenhum domínio seja negligenciado em detrimento do outro¹¹. (WELZEL, 2013, p. 45).

Este autor se distanciou dos estudos clássicos da cultura política ao abandonar o ideal liberal de cidadania. Inglehart e seus colaboradores até questionaram tal modelo, mas jamais defenderam o seu componente social. Os conceitos de individualismo benigno e de solidariedade resgatam o aspecto social da cidadania, tal como descrito por Marshall (1967). A garantia desta terceira esfera da cidadania é essencial para prevenir que as desigualdades sociais herdadas corrompam a igualdade. Em termos gerais, o processo de empoderamento humano pode ser resumido de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura do Empoderamento Humano

<u>Condições Existenciais</u>			<u>Orientações Psicológicas</u>		<u>Regulamentação Institucional</u>	
Recursos intelectuais	Recursos materiais	Recursos Sociais	Valorização da independência de escolha	Valorização da igualdade de oportunidades	Direito à autonomia individual	Direito à participação política
Recursos de Ação: capacidade de exercer a liberdade (empoderamento existencial)			Valores Emancipatórios: motivação para exercer a liberdade (empoderamento psicológico)		Garantias Cívicas: garantias para exercer a liberdade (empoderamento institucional)	
Utilidade da Liberdade			Valorização da Liberdade		A licença para ser livre	

Fonte: Adaptado de Welzel (2013), p. 44.

¹¹ “To institutionalize ‘people power’ in a complete sense, both sets of rights must be guaranteed, and they must be guaranteed in even proportions so that no domain is neglected on behalf of the other.”, no original.

Resumidamente, podemos descrever o ciclo do empoderamento humano da seguinte forma: o aumento dos recursos de ação leva à dispersão de valores emancipatórios, ou seja, a utilidade da liberdade aumenta. Este processo representa a valorização subjetiva das condições objetivas de vida. Com mais liberdade, os indivíduos passam a valorizá-la e a aproveitar os ganhos que ela proporciona. Esta valorização leva à busca por assegurar a sua permanência ou ampliar os domínios em que está estabelecida: primeiro no campo das liberdades individuais e depois na esfera pública, ou seja, no direito de vocalizar as demandas e assegurar que serão ouvidas. O aumento dos valores emancipatórios leva à busca por mais direitos e à ampliação e aperfeiçoamento da democracia, pois os cidadãos passam a demandar mais responsividade dos governos eleitos.

O que Welzel (2013) denomina “recursos de ação” são as variáveis clássicas dos estudos de comportamento político. Em linhas gerais, as pessoas que participam politicamente são aquelas que justamente possuem mais recursos de ação. Os mais escolarizados, com mais recursos materiais e tempo disponível, bem como aqueles que possuem mais redes de relacionamento tendem a se envolverem mais com política (OKADO; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO; BORBA, 2010; VERBA et al., 1995). É lógico esperar que o aumento destes recursos em uma dada sociedade elevaria também a participação política e, conseqüentemente, os *outcomes* esperados pela dispersão de valores emancipatórios em uma dada sociedade. Este é o argumento circular que Barry (1978) denunciou nos estudos culturalistas. Se o aumento dos recursos de ação leva à dispersão de valores emancipatórios e isto, por sua vez, ao aprofundamento da democracia, não faz sentido entender o papel da cultura neste processo, dado que ela é, em última instância, determinada pelas condições objetivas de vida.

No entanto, tanto Inglehart e Welzel (2005) quanto Welzel (2013) salientam que esta relação entre desenvolvimento material e cultura não é tão simples assim. O desenvolvimento material é a causa da dispersão de valores emancipatórios, mas outros fatores condicionam a intensidade desta relação. Tais autores identificaram a existência de zonas culturais com padrões específicos de cultura política. A secularização, por exemplo, condiciona e é condicionada pela dispersão de valores emancipatórios. Ao estudarem os valores e a autoexpressão, o desenvolvimento econômico e a democracia, Inglehart e Welzel (2005) concluíram que a modernização e o aumento das condições materiais não desencadeiam necessariamente o processo de democratização em uma dada sociedade. Isto acontece se, e somente se, for acompanhado de uma mudança de valores congruentes com o novo regime a ser implementado. Estudar a cultura política é fundamental para entendermos as mudanças recentes nas democracias contemporâneas.

Algumas controvérsias da Teoria Evolutiva da Emancipação

Em seu estudo, Welzel (2013) procurou responder a seguinte questão: de onde surge a liberdade? Para realizar tal tarefa, ele buscou criar uma teoria universalista acerca da emancipação humana. No entanto, alguns problemas se levantaram nesta empreitada. O primeiro deles diz respeito à própria originalidade de seu estudo. Apesar de operar em bases teóricas mais ou menos distintas, sua tese não consegue fugir daquilo que foi apresentado em seu trabalho conjunto com Inglehart acerca da modernização. A base conceitual da teoria do desenvolvimento humano (INGLEHART; WELZEL, 2005) e da teoria evolutiva do empoderamento humano (WELZEL, 2013) é idêntica.

A análise dos Quadros 1 e 2, que sumarizam os pressupostos de ambas as teorias, evidencia um caminho muito próximo: mudanças substantivas nas condições materiais ou existenciais levam ao desenvolvimento de valores mais condizentes com a democracia e com a valorização da escolha e, como consequência, à busca pelo estabelecimento de garantias institucionais da liberdade. A diferença teórica de ambos diz mais respeito ao seu conteúdo do que à sua forma.

Inglehart e Welzel tiveram a preocupação de construir uma teoria que relaciona a pós-modernidade com a democracia. Isto fica bem evidente quando afirmaram que “o estágio industrial da modernização trouxe a secularização da autoridade, enquanto o estágio pós-industrial traz a emancipação da autoridade”¹² (INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 25). Ao longo do seu trabalho, estabeleceram um diálogo intenso com autores clássicos da sociologia, principalmente Marx e Weber, ao mesmo tempo em que discutiram com pesquisadores contemporâneos que se debruçaram sobre a relação entre modernização e democracia (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997). O resultado final apresentou proposições teóricas densas e bem fundamentadas. No entanto fica evidente que o otimismo exacerbado dos autores é um traço marcante deste trabalho: chegam a prever onde e quando a democracia acontecerá.

Welzel, em sua empreitada solo, abandona a pretensão de criar uma teoria acerca da pós-modernidade e busca conceber uma teoria universalista acerca da liberdade. Sua preocupação maior é explicar como nasce e desenvolve a busca pela emancipação humana. Se Inglehart deixou claro em seus trabalhos que a síndrome do pós-materialismo acontece prioritariamente nas sociedades industriais avançadas, Welzel buscou construir uma teoria com um grau de generalização maior.

Para isto, ele recorreu à ideia de que a liberdade é um desejo humano universal, compondo o que seria a “natureza humana”, apesar de não usar exatamente estes termos. Como parte desta natureza, os seres humanos orientariam as suas ações no sentido de buscar liberar o seu potencial pleno, ou seja, de agir de acordo com as suas próprias escolhas. Isto porque a consciência, a

¹² “The industrial stage of modernization brings the secularization of authority, whereas the postindustrial stage brings emancipation from authority.”, no original.

capacidade de agir com propósito, é um presente evolutivo selecionado devido à sua habilidade de moldar a realidade, fazendo com que a liberdade tenha valor. Desta forma:

Esta é uma teoria da emancipação porque é centrada no desejo humano de uma existência livre de dominação. A teoria é evolucionária porque deriva sua descrição do *framework* do empoderamento humano de um princípio evolutivo chave: a escala utilitária de liberdades.¹³ (WELZEL, 2013, p. 37).

A escala utilitária de liberdades, como descrito anteriormente, é a atribuição de valor subjetivo à liberdade. Ou seja, na medida em que o indivíduo executa as suas ações conscientemente, quando tem ciência e escolhe aquilo que faz, a escolha adquire utilidade e passa a ser valorizada. Isto é o que Welzel define como o potencial pleno de uma ação: o agir livremente. Nota-se aqui que, no fundo, a teoria evolutiva da emancipação humana se fundamenta em um axioma que pode ser sumarizado da seguinte forma: o ser humano busca agir livremente.

Apesar de apresentar alguns argumentos que carecem de uma fundamentação empírica mais sólida, Welzel (2013) conseguiu avançar em um ponto importante em relação ao seu trabalho conjunto com Inglehart: a forma como os valores são mensurados. Aquilo que Inglehart e Welzel (2005) definem como valores de autoexpressão são uma escala que engloba os seguintes pontos: 1) a bateria de pós-materialismo de quatro itens; 2) o grau de felicidade do entrevistado; 3) aceitação da homossexualidade; 4) assinar petições e; 5) confiança interpessoal. Nota-se que o índice de autoexpressão mistura em um mesmo construto variáveis valorativas e atitudinais.

Por sua vez, o índice de valores emancipatórios descritos por Welzel (2013) é composto por quatro subíndices: 1) escolha (tolerância ao aborto, ao divórcio e à homossexualidade); 2) igualdade (igualdade de gênero na política, no acesso à educação e ao mercado de trabalho); 3) voz (itens do índice de pós-materialismo que mensuram a liberdade de expressão) e; 4) autonomia (independência e imaginação como qualidades desejadas e obediência como qualidade não desejada nas crianças). Diferente do índice de autoexpressão, apenas variáveis valorativas são consideradas para mensurar a emancipação.

Apesar de parecer ser um detalhe metodológico, a composição dos itens traz consequências que devem ser consideradas em sua aplicação, como, por exemplo, o seu emprego para a análise do comportamento político. A variável “assinar petições”, por exemplo, se correlaciona com outras medidas de participação política, principalmente de ações de protesto (BARNES; KAASE, 1979), o que torna a aplicação desta medida inadequada para o estudo da participação política.

Por outro lado, se a forma como os valores são mensurados empiricamente por Welzel (2013) representa um avanço em relação a estudos anteriores, ela tem se configurado como uma

¹³ “This is a theory of ‘emancipation’ because it centers on the human desire for an existence free from domination. The theory is ‘evolutionary’ because it derives its description of the human empowerment framework from an evolutionary root principle: the utility ladder of freedoms.”, no original.

de suas maiores deficiências. Como dito anteriormente, este autor buscou um alto grau de generalização com a sua teoria, uma vez que ele almejou explicar os processos que levam ao empoderamento humano. Assim a aplicabilidade de seu índice deveria ser não variante: seus componentes deveriam se agrupar de forma idêntica independentemente do contexto em que ele é empregado.

A primeira crítica neste sentido foi apresentada por Alemán e Woods (2015). Os autores reiteraram a importância da confiabilidade de medidas aplicadas em estudos comparativos. O principal argumento é o de que as inferências feitas a partir de índices só podem se mostrar válidas se a confiabilidade do mesmo for invariante entre os casos. Isto significa dizer que o construto mensura o mesmo fenômeno em todos os casos, o que permitiria a comparação entre eles. No caso do índice de valores emancipatórios, desenhado para mensurar a adesão à liberdade, um comportamento invariante é necessário para indicar que os efeitos produzidos por esta medida na qualidade ou apoio à democracia seriam os mesmos em todos os casos. O que os autores observaram, no entanto, é que esta medida só apresentava um comportamento invariante em alguns poucos casos entre sociedades industriais avançadas, o que limitaria a sua aplicabilidade em outros contextos.

Uma crítica parecida foi apresentada por Sokolov (2018), que testou separadamente a composição do índice de valores emancipatórios nas dez zonas culturais definidas pelo próprio Welzel. Em todas elas, um ou mais componentes desta medida não se agruparam conforme preconizava a teoria. Se o índice de valores emancipatórios representa o empoderamento psicológico, produto de uma característica inata a todos os seres humanos, ele deveria se comportar de forma invariante. O que a análise de Sokolov apontou é que tal medida não possui fidedignidade (KERLINGER, 1980), variando de forma aleatória e não como descrito pela teoria. O único componente que apresentou consistência foi o subíndice “escolha”, no qual seus componentes se agruparam de forma consistente em todos os contextos analisados, indicando a sua aplicabilidade em estudos comparativos.

Por fim, a última questão polêmica que pode ser identificada na teoria evolutiva da emancipação é a retomada de um certo determinismo geográfico. No intuito de procurar responder onde se inicia o processo de emancipação humana, Welzel identificou que certas características geográficas proporcionariam vantagens iniciais no processo de empoderamento humano. A existência de um clima frio moderado, distribuição equitativa de chuvas durante todas as estações e a existência de rios navegáveis são definidas como condições de águas frias¹⁴ (WELZEL, 2013).

Em tais condições, a incidência de doenças é menor, a produtividade da terra e do trabalho é maior e a existência de rios navegáveis permite o acesso a mercados e a trocas culturais mais intensas. Tais condições se configuram como uma vantagem significativa no sentido de gerar

¹⁴ Cool-Water conditions, no original.

menos pressão existencial sobre os seus habitantes. Para sustentar esta hipótese, ele correlacionou uma série de medidas, muitas delas atuais, com a incidência de águas frias. De fato, existe uma alta correlação entre, por exemplo, esta medida e o grau de desenvolvimento tecnológico atual.

No entanto, não fica evidente como civilizações fora destas zonas lideraram no passado o desenvolvimento tecnológico e cultural, bem como a urbanização ou outras medidas que frequentemente se associam com a modernidade. O único argumento é a de que o desenvolvimento da revolução industrial se deu inicialmente nestas áreas. Mesmo em outras regiões, como o Japão, que tiveram uma industrialização tardia, uma vez que alcançaram o estágio industrial, desenvolveram-se mais rapidamente que outros lugares. Apesar de prover uma série de dados, ainda não apresentou um argumento convincente que justifique o porquê dessas regiões tomarem a liderança no processo de emancipação apenas na história recente.

Conclusão

O trabalho de Welzel (2013) trouxe três contribuições importantes para o estudo da mudança de valores. A primeira foi o aprimoramento da mensuração empírica deste fenômeno ao propor o índice de valores emancipatórios. Em segundo lugar, apresentou evidências empíricas que contribuem com o debate sobre as consequências da mudança de valores e seus efeitos nas democracias contemporâneas, demonstrando que este fenômeno tem se mostrado benéfico para o aprofundamento dos regimes democráticos. A última contribuição importante de seu trabalho foi retomar a discussão sobre como a mudança de valores se dá. Ele se afastou do modelo original proposto por Inglehart ao criar o conceito de escala utilitária de liberdade, ainda que fundamentalmente suas teses sejam bem próximas.

Tal conceito permite preencher algumas lacunas da teoria da mudança de valores. Inglehart não discutiu especificamente as possibilidades de refluxos na mudança nas prioridades valorativas. Este autor identificou a possibilidade de uma geração pós-materialista ser sucedida por uma nova coorte materialista e afirmou que a ascensão da direita conservadora é uma resposta à rápida mudança dos valores em uma sociedade (INGLEHART, 1990), mas não detalhou a possibilidade do retorno às orientações materialistas em uma sociedade. Pode-se atribuir isso ao fato de que seu trabalho é centrado em sociedades industriais avançadas, ou seja, os países que estão na vanguarda do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. A influência geopolítica e as vantagens no desenvolvimento tecnológico têm permitido que estas sociedades se mantenham na frente em termos de desenvolvimento econômico, assegurando a qualidade de vida de seus cidadãos. Welzel (2013) propôs uma teoria mais universalista, pensando em como se opera a emancipação humana. Fato que obrigatoriamente o levou a pensar em ciclos de empoderamento e desempoderamento, uma vez que rupturas democráticas são mais frequentes em países em desenvolvimento.

Da mesma maneira em que as sociedades desencadeiam ciclos de empoderamento quando atravessam períodos de condições de vida permissivas, o oposto ocorre quando é experimentada a escassez de recursos de ação. De acordo com Welzel:

O ciclo de desempoderamento se origina em condições de pressão existencial. Isto significa que as pessoas comuns carecem de recursos de ação. Nesta condição os valores emancipatórios permanecem dormentes. Com valores emancipatórios dormentes, as pessoas não realizam ações para assegurar ou exercer a liberdade. Consequentemente elas obtêm pouca satisfação da liberdade. A baixa satisfação com a liberdade reforça a fraca avaliação da mesma, criando um círculo autossustentável. Justamente por ser um círculo autossustentável, as elites políticas não precisam exercer muito esforço para mantê-lo. Não existe pressão sobre eles para garantirem a liberdade. Como resultado, eles não as garantem e, quando contra as probabilidades o fazem, as ignoram na prática e as afastam. No círculo de desempoderamento, as pessoas sofrem deficiências de capacidades, motivações e garantias. Elas não possuem controle sobre as suas vidas nem sobre a agenda de suas sociedades¹⁵. (WELZEL, 2013, p. 52–53).

Com poucos recursos, as pessoas não possuem condições necessárias para buscar a liberdade, pois as suas prioridades valorativas vão estar concentradas em garantir a sobrevivência imediata. Isso explica, em grande medida, os processos de ruptura democrática e a diminuição de direitos sociais. Em um cenário de crise econômica, inflação ou elevados níveis de desemprego, soluções que apresentam o corte de gastos sociais ou a revogação de direitos como único remédio para sair desta situação ganham força e são implementados, seja pela promessa da possibilidade de se sair de uma situação desesperadora seja pela incapacidade da população resistir à sua implantação. No campo das liberdades individuais, a baixa utilidade da liberdade leva ao fim da discussão sobre igualdade e direitos de minorias. Como dito acima, as pessoas não agem para assegurar a liberdade ou efetivar garantias, uma vez que carecem dos recursos necessários para vocalizar as suas demandas. A necessidade de sobrevivência exige todos os recursos, retirando a margem necessária para se efetivar ações que reivindiquem direitos. Esse cenário diminui a solidariedade e acirra a intolerância contra a diversidade: discursos xenófobos, homofóbicos e sexistas ganham terreno, seja como forma de resguardar privilégios ou garantir os recursos escassos para um grupo específico.

Romper um ciclo de desempoderamento não é uma situação simples: com menos recursos de ação existe menos margem para a participação política e, com isto, baixo controle sobre as ações do governo. Com um engajamento nas questões públicas limitado, a responsabilidade dos

¹⁵ The disempowerment cycle originates in pressing existential conditions. Existential pressures mean that ordinary people lack actions resources. In this condition, emancipative values remain dormant. With dormant emancipative values, people take no action to assert and exercise freedoms. Low satisfaction from freedoms reinforces the weak valuation of freedoms, creating a self-sustaining cycle. Precisely because the cycle is self-sustaining, rulers do not need to exert much effort to keep it going. There is no pressure on them to guaranteed freedoms. As a result, they either do not guaranteed freedoms or, when they do it so against the odds, they ignore them in practice and get away with it. In the disempowering cycle, people suffer from deficient capabilities, motivations, and guarantees. They have little control over their lives and their society's agenda.

governantes diminui, o que reduz o desempenho das gestões. Como Welzel (2013) salientou, um ciclo de desempoderamento é retroalimentado: crise, baixos níveis de recursos de ação, pouca satisfação obtida pelas escolhas independentes, baixo controle governamental e baixo retorno institucional. O rompimento deste círculo vicioso se dá a partir do aumento dos recursos de ação. A mudança de uma condição existencial de pressão para uma mais permissiva aumenta a utilidade da liberdade de escolha e a satisfação obtida por meio dela, o que significa maior dispersão de valores emancipatórios. Com maiores níveis de recursos de ação e a valorização subjetiva da liberdade, aumentam a pressão por garantias legais, a responsividade e o controle social, produzindo governos mais íntegros. Desta forma, os ciclos de empoderamento e desempoderamento se alternam, o que explica o aumento e a diminuição dos níveis de valores emancipatórios em uma dada sociedade.

Referências

- ALEMÁN, J.; WOODS, D. Value Orientations From the World Values Survey: How Comparable Are They Cross-Nationally? **Comparative Political Studies**, v. 49, n. August, p. 1–29, 2015.
- ALEXANDER, J. C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, 1998.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. New York: Sage, 1963.
- ALWIN, D. F.; KROSNICK, J. A. Aging, Cohorts, and the Stability of Sociopolitical Orientations Over the Life Span. **American Journal of Sociology**, v. 97, n. 1, p. 169, 1991.
- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p. 83–108, nov. 2003.
- BARNES, S. H.; KAASE, M. **Political action: mass participation in five Western democracies**. Washington, DC: Sage Publications, 1979.
- BARRY, B. **Economists, Sociologists and Democracy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.
- BASTOS, J. Um Estudo sobre a Integração dos Níveis de Análise dos Sistemas de Valores. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 1, p. 16–25, 2005.
- DALTON, R. Cognitive Mobilization and Partisan Dealignment in Advanced Industrial Democracies. **The Journal of Politics**, v. 46, n. 1, p. 264, 1984.
- _____. **The Good Citizen: How a Younger Generation Is Reshaping American Politics**. Washington, DC: SAGE Publications, 2008a.
- _____. Citizenship norms and the expansion of political participation. **Political Studies**, v. 56, p. 76–98, 2008b.
- _____. **The Apartisan American: Dealignment and Changing Electoral Politics**. Washington, DC: CQ Press, 2013.
- _____; VAN SICKLE, A.; WELDON, S. The Individual–Institutional Nexus of Protest Behaviour. **British Journal of Political Science**, v. 40, n. 2010, p. 51, 2010.
- DINAS, E. Opening “Openness to Change”: Political Events and the Increased Sensitivity of Young Adults. **Political Research Quarterly**, v. 66, p. 868–882, 2013.
- FLANAGAN, S. C. Value Change and Partisan Change in Japan: The Silent Revolution Revisited. **Comparative Politics**, v. 11, n. 3, p. 253–278, 1979.
- _____. Value Cleavages, Economic Cleavages, and the Japanese Voter. **American Journal of Political Science**, v. 24, n. 2, p. 177–206, 1980.
- _____. Changin Values in Advanced Industrial Societies: Inglehart’s Silent Revolution

- from the Perspective of Japanese Findings. **Compa**, v. 14, n. 4, p. 403–444, 1982.
- _____.; LEE, A. The New Politics, Culture Wars, and The Authoritarian-Libertarian Value Change in Advanced Industrial Democracies. **Comparative Political Studies**, v. 36, n. 3, p. 235–270, 2003.
- FUCHS, D. The Political Culture Paradigm. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H. D. (Eds.). **The Oxford handbook of political behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- INGLEHART, R. **The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics**. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- _____. Political Action: The impact of values, cognitive level and social background. In: BARNES, S. H.; KAASE, M. (Eds.). . **Polical Action: Mass participation in five western democracie**. Beverly Hills: Sage, 1979b.
- _____. Values Priorities and Socioeconomic Change. In: BARNES, S. H.; KAASE, M. (Eds.). . **Polical Action: Mass participation in five western democracies**. Beverly Hills: Sage, 1979a.
- _____. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- _____. **Modernization and Postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies**. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- _____.; CATTERBERG, G. Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 43, p. 300–316, 2002.
- _____.; NORRIS, P. **Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change Around the World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. v. 11
- _____. WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Devolpment Sequence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KERLINGER, F. N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: Um tratamento conceitual**. São Paulo: Edusp, 1980.
- LIJPHART, A. The Structure of Inference. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.). . **The Civic Culture Revisited**. Newbury park: Sage, 1980.
- MASLOW, A. **Motivation and Personality**. New York: Harper, 1954.
- MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212–1241, 1977.
- MOISÉS, J. Á. **Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.
- NORRIS, P. Young People & Political Activism : From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice ? **Council of Europe Symposium**, n. November 2003, p. 1–32, 2003a.
- _____. **Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b.
- _____.; INGLEHART, R. **Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral**, v. 4, n. 1, p. 53–78, 2015.
- OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. A. Mudança de Valores em Países Latino-Americanos: comparando os índices de pós-materialismo e valores emancipatórios . **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 24, p. 7-48, 2017.
- PATEMAN, C. Political culture, political structure and political change. **British Journal of Political Science**, v. 1, n. 3, p. 291–305, 1971.
- _____. The Civic Culture: A philosophic critique. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.). . **The Civic Culture Revisited**. Newbury park: Sage, 1980.
- PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 15, p. 199–224, 2009.
- PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. Modernization: Theories and Facts. **World Politics**, v. 49, n. 2, p. 155–183, 13 jun. 1997.
- PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon and Schuster, 2001.

- RENNÓ, L. R. Teoria da Cultura Política : Vícios e Virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 45, p. 71–92, 1998.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, v. 16, p. 28–64, 2010.
- RIBEIRO, E.; OLIVEIRA, R. A. Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. **Revista Política Hoje**, v. 22, p. 167–205, 2014.
- RIVERA, G. A. **As Novas Formas de Racismo e os Valores Sociais**. Dissertação (mestrado em psicologia social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- ROKEACH, M. **The Nature of Human Values**. New York: Free Press, 1973.
- SEARS, D. O. Political Socialization. In: GREENSTEIN, F.; POLSBY, N. (Eds.) **Handbook of Political Science, Volume 2**. Reading: Addison-Wesley, 1975 p. 93–153.
- SEN, A. **Development as a Freedom**. New York: Alfred Knopf, 1999.
- SOKOLOV, B. The Index of Emancipative Values : Measurement Model. **American Political Science Review**, v. 112, n. 2, p. 395–408, 2018.
- TESSLER, M.; KONOLD, C.; REIF, M. Political generations in developing countries: Evidence and insights from Algeria. **Public Opinion Quarterly**, v. 68, n. 2, p. 184–216, 2004.
- VAIRO, D.; PÉREZ, V. Dime Quién Eres y te Diré Que Tan Igualitario/a Eres: Valores de género y implicancias para la participación política en Uruguay. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 27, p. 82–94, 2010.
- VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- VISSER, P. S.; KROSNICK, J. A. Development of attitude strength over the life cycle: surge and decline. **Journal of personality and social psychology**, v. 75, n. 6, p. 1389–1410, 1998.
- WELZEL, C. **Freedom Rising: Human empowerment and the quest for emancipation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- _____; DALTON, R. From allegiant to assertive citizens. In: WELZEL, C.; DALTON, R. (Eds.). **The Civic Culture Transformed: From allegiant to assertive citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

Artigo recebido em: 24/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 29/10/2018